



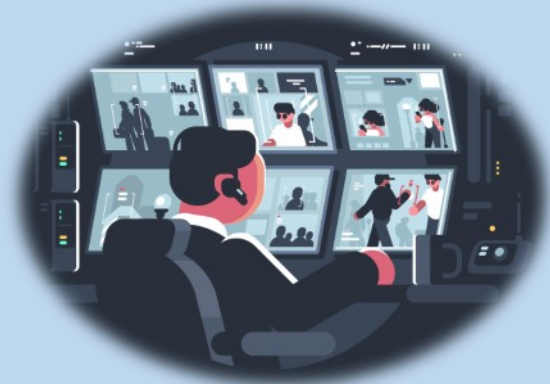
**Comissão Nacional  
de  
Protecção de Dados**



**A Lei obriga a Notificação da instalação do Sistema de Videovigilância junto da CNPD**

**EVITE O PAGAMENTO DE COIMAS!**

## **O ESSENCIAL SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA**



Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd)  
Avenida da China/Rampa da Terra Branca, Cidade da Praia, Santiago, Cabo  
Verde Apartado 1002/C.P. 7600, Praia, Tel: (238) 5340390  
[cnpd@cnpd.cv](mailto:cnpd@cnpd.cv) [www.cnpd.cv](http://www.cnpd.cv)

Contribuinte N°: 370636406, Av. Da China, Rampa da Terra Branca,  
Apartado 1002, C.P. 7600, Praia, Tel: (238) 5340390  
[cnpd@cnpd.cv](mailto:cnpd@cnpd.cv), [www.cnpd.cv](http://www.cnpd.cv)

## **Situações em que a lei permite a instalação de sistemas de videovigilância**

Só é permitida a utilização de sistemas de videovigilância para os seguintes fins:

- a) Proteção de edifícios públicos e instalações de interesse público e respetivos acessos;
- b) Proteção de instalações com interesse para a segurança e defesa nacional;
- c) Proteção de edifícios classificados como património histórico ou cultural;
- d) Proteção da segurança das pessoas e bens e prevenção da prática de crimes ou identificação dos seus autores, em locais que, pelo tipo de atividades que neles se desenvolvem, sejam suscetíveis de gerar especiais riscos de segurança;
- e) Prevenção de atos terroristas;
- f) Atividades de prevenção e investigação criminal; e
- g) Prevenção e segurança rodoviária de pessoas e bens.

## **Leis que regulam o tratamento de dados através do Sistema de Videovigilância**

- Lei n.º 133/V/2001, de 22 de janeiro, alterada pela Lei n.º 41/VIII/2013, de 17 de setembro, que estabelece o regime jurídico geral de proteção de dados pessoais das pessoas singulares;
- Lei n.º 86/VIII/2015, de 14 de abril, que regula a instalação e utilização de sistemas de videovigilância em espaços públicos e em locais de acesso vedado ou condicionado ao público,
- Portaria n.º 55/2015, de 13 de novembro, que fixa as características técnicas mínimas dos sistemas de videovigilância; e
- Portaria n.º 56/2015, de 13 de novembro, que estabelece a simbologia que deve acompanhar os avisos de afixação obrigatória nos locais objecto de vigilância .

### **Quem pode instalar o sistema de videovigilância na via pública?**

- a) Forças de segurança;
- b) Entidade municipal;
- c) Entidades com competências na gestão do sistema de transportes;
- d) Entidades concessionárias ou responsáveis pela gestão de espaços públicos.

**Mediante a celebração de protocolo as forças de segurança podem aceder às imagens captadas pelas entidades atrás referidas.**



**As forças de segurança com acesso ao às imagens.**

**Imagens que indiciem práticas de ilícitos devem ser comunicadas às autoridades policiais.**



### **Direitos dos interessados**

A lei assegura a todos aqueles que figurarem nas gravações obtidas os direitos de acesso e de eliminação.

O exercício dos direitos pode ser fundamentadamente negado quando seja suscetível de constituir perigo para a segurança pública, ou na medida em que afetar o exercício de direitos e liberdades de terceiros, ou ainda quando esse exercício prejudique a normal tramitação de processo judicial independentemente da sua natureza.

Os direitos de acesso e de eliminação podem ser acionados junto da entidade responsável pelo tratamento dos dados, diretamente ou através da CNPD.



**A instalação de videovigilância para captar imagens da via pública só pode ser feita por autoridades previstas na Lei.**

### **Empresas e famílias com sistemas de videovigilância**

As gravações de imagem feitas por sociedades de segurança privada ou serviços de autoproteção, no exercício da sua atividade, através de equipamentos eletrônicos de vigilância, visam exclusivamente a proteção de pessoas e bens, devendo ser destruídas no prazo de trinta dias, só podendo ser utilizadas nos termos da lei penal e processual penal.

### **Procedimento quando as imagens são requeridas pela Polícia Judiciária ou Polícia**

Às autoridades Judiciárias (Juiz ou Ministério Público) devem ser comunicadas as gravações sempre que solicitarem.

A Polícia Judiciária ou a Polícia Nacional, a coberto de uma decisão das autoridades judiciárias, pode solicitar e obter as gravações.

Não havendo, previamente, intervenção das autoridades judiciárias:

A Polícia pode ordenar que o responsável pelo tratamento preserve as gravações em causa; ou

Obtendo voluntariamente o consentimento, devidamente documentado, do responsável pelo tratamento, a Polícia pode obter a gravação em causa, a qual, sob pena de nulidade, tem de ser validada pelo juiz, no prazo de 72 horas.

**O princípio de transparência que norteia o tratamento dos dados pessoais obriga a que a quem possa aparecer nas imagens sejam devidamente informados sobre o funcionamento do sistema de videovigilância.**

## Utilização dos dados recolhidos

As imagens recolhidas nos termos da lei constituem meios de prova em processo penal ou contraordenacional nas diferentes fases

## Denúncia aos órgãos de polícia criminal ou entidades judiciárias

Recolhida a gravação que indicié factos com relevância criminal ou contraordenacional esta deve ser remetida ao Ministério Público ou aos órgãos de Polícia Criminal, no prazo máximo de 24 horas, contado desde o conhecimento dos factos, juntamente com informação sobre:

- a) Local, data e hora da ocorrência;
- b) Dados que possam subsidiar a prova da conduta violadora da lei, independentemente da sua natureza criminal ou contraordenacional;
- c) Identificação do operador responsável pela observação.

## Sistemas de videovigilância num condomínio

Recolhida a gravação que indicié factos com relevância criminal ou contraordenacional esta deve ser remetida ao Ministério Público ou aos órgãos de Polícia Criminal, no prazo máximo de 24 horas, contado desde o conhecimento dos factos, juntamente com informação sobre:

- a) Local, data e hora da ocorrência;
- b) Dados que possam subsidiar a prova da conduta violadora da lei, independentemente da sua natureza criminal ou contraordenacional;
- c) Identificação do operador responsável pela observação.

Temos que promover uma reunião com todos os moradores do prédio para ter o acordo destes para a instalação do sistema de videovigilância



## ATENÇÃO!

**É da competência da Comissão Nacional de Protecção de Dados autorizar a instalação e o tratamento.**



## PROIBIÇÕES

- As câmaras não podem ter o foco voltado para propriedade de terceiro;
- As câmaras não devem estar direcionadas para os terminais de pagamento (caixa) de modo a recolher imagens dos códigos digitados;
- As imagens não devem ser utilizadas para controlar o desempenho profissional, a assiduidade e a pontualidade dos trabalhadores;
- Não podem ser captadas imagens de acesso ou interior de instalações reservadas ao uso privado dos trabalhadores ou que não se destinem ao cumprimento de tarefas relacionadas com o emprego, como casas de banho, refeitório, cacifos e copa;
- É proibida a captação de sons, salvo quando seja estritamente necessária para assegurar a defesa e proteção das pessoas e bens em situações de elevado risco, nomeadamente em situação de calamidade ou catástrofe natural, ou em situação atentatória da segurança nacional.
- As imagens e sons acidentalmente captados, em violação ao disposto na lei, devem ser imediatamente destruídos pela entidade responsável pelo tratamento.

## Dever de sigilo

Os operadores dos dados recolhidos estão obrigados ao dever de sigilo profissional, sob pena de procedimento disciplinar e criminal, mesmo após o termo daquelas funções.

As demais pessoas que tenham acesso aos dados recolhidos ou com eles tiverem contato estão igualmente obrigadas ao dever de sigilo, não podendo fazer uso ou revelar a terceiro ou, por qualquer outra forma, divulgar estes dados, ou do seu conhecimento dar qualquer publicidade, em proveito próprio ou de terceiros, sob pena de procedimento criminal.



**O dever de sigilo é obrigatório.**

## PUBLICIDADE

Nos locais objeto de vigilância com recurso a câmaras fixas é obrigatória a afixação, em local bem visível, de informação sobre as seguintes matérias:

- a) A existência e a localização das câmaras de vídeo;
- b) A finalidade da captação de imagens;
- c) O responsável pelo tratamento dos dados recolhidos, perante quem os direitos de acesso podem ser exercidos.

Vou corrigir o foco de modo a não ficar voltado para a casa dos vizinhos.



**Modelo do aviso identificativo**

## Medidas de segurança

Os responsáveis pela utilização dos sistemas de videovigilância e as entidades que tenham acesso aos mesmos devem adotar as medidas de segurança previstas no artigo 16.º da Lei n.º 133/V/2001, de 22 de janeiro, alterada com a Lei n.º 41/VIII/2013, de 17 de setembro, e manter uma lista atualizada das pessoas autorizadas a aceder às bases de dados.